

CARTA DO FÓRUM NACIONAL DE ASSESSORIAS TÉCNICAS

Fortaleza- CE

Por uma proposta para uma Política Nacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

**Senhor Presidente da República, Senhores Deputados, Senadores,
Governadores, Prefeitos e Vereadores, órgãos de controle: pedimos
um minuto da sua atenção para um importante PEDIDO dos
Arquitetos Urbanistas em nome dos 23 milhões de brasileiros que
moram em casas insalubres e inseguras:**

Reunidos em Fortaleza, nos dias 12 a 14 de agosto de 2026, um conjunto de Assessorias Técnicas de Arquitetos Urbanistas, associadas à Comissão de Política Urbana e Habitação Social do Instituto de Arquitetos do Brasil, entidade centenária de Arquitetos Urbanistas, realizou o **I Fórum de Assessorias Técnicas**, evento inserido no **22º Congresso Brasileiro de Arquitetos**, em parceria com dezenas de entidades organizadoras contando com a participação de representantes de instituições federais, estaduais e municipais, universidades, redes e coletivos de luta pela moradia e reforma urbana, escritórios populares de Arquitetura e Urbanismo, órgãos de controle e pesquisa, a Federação Nacional de Arquitetos e seus Sindicatos, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e seus estados, além dos representantes de Departamentos Estaduais do IAB. **O documento elaborado é o resultado do trabalho que abriu a agenda para a reivindicação de mudanças na política urbana nacional, centrada em uma pauta urgente para a sociedade brasileira, e que agora encaminhamos.**

O objetivo principal deste Fórum foi **convocar a classe política brasileira** a assumir o compromisso de transformar esta Carta pela implantação da **Política Nacional de Assistência Técnica** em uma ação concreta pelo **Direito Constitucional à Moradia Adequada** do qual o Brasil é signatário desde 1996. Para isso, queremos conquistar ainda neste ano junto à classe política e ao presente **Governo Federal e Congresso Nacional**, a **conquista do Direito à construção de um programa local de Atenção Básica à Moradia Popular com Assistência Técnica**, para assim efetivar a execução orçamentária do **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) em sua integralidade**. A modalidade Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) e as ações de Melhoria Habitacional podem sair do papel ainda este ano e esta meta atinge no curto, médio e longo prazo, os **23 milhões de domicílios brasileiros apontados pelo Censo 2022, como inadequados, insalubres e precários**.

Importante reafirmar que louvamos os esforços atuais já despendidos pelo **Programa Reforma Casa Brasil e Periferias Reformas**. Todavia, entendemos que os gargalos existentes se dão na carência de uma política pública estruturada e temos a convicção que precisamos de **perenidade na política pública que acompanha os recursos públicos do orçamento anual e de espacialidade**

CARTA DO FÓRUM NACIONAL DE ASSESSORIAS TÉCNICAS

Fortaleza- CE

na distribuição destes recursos pelas periferias brasileiras. Apenas a Política de Assistência Técnica pode resolver este problema.

É preciso viabilizar a edição de uma Medida Provisória pelo Presidente da República, que assegure a aprovação desta proposta e a efetiva implementação da Política Nacional de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) em todo território nacional, localizada em equipamentos públicos implantados a serviço do cidadão, servindo como instrumento de combate à pobreza e desigualdade socioespacial.

É fundamental que deputados, senadores, governadores, prefeitos, vereadores, órgãos de controle, fiscalização, defesa civil e demais agentes públicos se articulem, apoiem a categoria de Arquitetos Urbanistas e apliquem pela adoção dessa medida, **reconhecendo a ATHIS como instrumento estratégico para garantir o direito à moradia digna e enfrentar o déficit habitacional brasileiro**, o que também eleva o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município atendido. É urgente definir uma estrutura institucional para atendimento das demandas pela moradia a partir de definição de condicionalidades de atendimento que possibilitem segurança jurídica aos gestores públicos para a efetivação deste direito, fiscalize sua implementação e natureza obrigatória e que primem pela qualidade do gasto público aplicado em moradia neste país. Afinal,

Somente para mitigar tragédias ambientais e catástrofes climáticas, segundo dados do Ministério das Cidades, o Brasil gastou bilhões em recursos públicos e privados ao longo dos últimos 35 anos sem, contudo, resolver o problema da precariedade da moradia. (BRASIL. MIDR, 2023.)

Este documento traz algumas evidências da necessidade urgente desta medida e representa o resultado do esforço coletivo **da categoria de arquitetos e urbanistas para contribuir para o desafio de reduzir estas desigualdades, em atenção ao previsto na Lei Federal nº 11.888/2008**, que há 18 anos assegurou às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social mas que, por ausência da sua regulamentação adequada, não saiu do papel. Essa lei tão importante alterou, inclusive, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, a Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e se

CARTA DO FÓRUM NACIONAL DE ASSESSORIAS TÉCNICAS

Fortaleza- CE

incluiu no Estatuto da Cidade como Instrumento Urbanístico **de Reforma Urbana e Direito à Cidade**, mas, até o presente momento, não conseguiu chegar ao território da maioria dos municípios do Brasil **onde a população que não tem acesso aos serviços do Arquiteto Urbanista sofre com isso.**

Não acontece por falta de capital humano para ação, pois no país, somos mais de 245 mil Arquitetos e Urbanistas com registro ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, segundo dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, e, fazendo valer nossa competência profissional, queremos informar, em conjunto com médicos, sociólogos, assistentes sociais, advogados, professores, mobilizadores, movimentos sociais e gente do povo, que a redução de desigualdades socioespaciais associadas à precariedade da moradia se faz com política pública de moradia incidindo no Território de forma ágil e participativa.

A moradia é porta de entrada de todos os direitos! E uma Política Nacional de Assistência Técnica viabiliza este direito!

É preciso alertar à classe política que não existe justiça socioterritorial e redução de pobreza sem que a Lei 11.888/2008 seja de fato aplicada no país porque ela recupera o território para as pessoas. É preciso que esta política pública seja implantada localmente para que as pessoas possam acessar gratuitamente os serviços de Arquitetos Urbanistas na sua casa, na sua quadra, no seu bairro, pois a moradia e o tratamento do seu entorno representam a segurança de um lar. E ter um lar seguro é ter um espaço para morar onde as condições de salubridade e habitabilidade foram asseguradas. É o lugar onde, satisfeitas estas condições básicas de moradia como tomar banho, alimentar e dormir bem, a família se organiza para buscar todos os outros direitos.

Em 2023, a Carta de Curitiba para uma Política Nacional de ATHIS, elaborada em um encontro com a mesma natureza do CBA 2026, destacou que “o custo de uma unidade nova, segundo dados da CODHAB/DF, pode garantir entre 8 a 12 ações de melhorias habitacionais em territórios autoproduzidos e consolidados”. Em 2025, na COP 30, os Arquitetos pela Moradia reivindicaram a inserção da ATHIS na agenda do Clima, provocando um debate sobre

CARTA DO FÓRUM NACIONAL DE ASSESSORIAS TÉCNICAS

Fortaleza- CE

Moradia e Justiça Climática. Em 2026, a Campanha da Fraternidade em curso evidencia a preocupação com o Direito à Moradia e nos somamos a ela.

Na agenda dos Direitos Sociais, os Movimentos de Moradia se mobilizam para uma ação autogestionária em torno desta temática há décadas. **São esforços de uma luta que produz reverberações necessárias na agenda do Direito à Cidade e concretizam este direito na Moradia que deve ser produzida como Política de Estado.**

Não pedimos nada que a sociedade já não vivencie com os exemplos trazidos pelas assessorias técnicas que fazem um trabalho reconhecido pelas comunidades e que observamos no evento. Projetos de fomento do CAU, pesquisas universitárias, apoios financeiros de OSCs e parcerias privadas, além dos recursos públicos já aplicados singularmente, comprovam o que se solicita.

Portanto, **milhares de Arquitetos Urbanistas**, a partir da Conquista da Lei nº 11.888/2008, passaram a demonstrar concretamente que incidir no território com a Agenda da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS **é também, por exemplo, discutir a Política de Saúde. Uma casa saudável, segura e bem projetada e construída**, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde - OMS, **reduz o custo governamental com internações no Sistema Único de Saúde - SUS**, reduzindo esforços no tratamento em saúde e fortalecendo a profilaxia. A Política Nacional de Assistência Técnica, análoga ao que acontece no SUS, **potencializa esforços de prevenção às doenças associadas à precariedade habitacional.** Afinal,

É preciso propor uma reversão do orçamento público para garantir uma maior eficiência na aplicação dos recursos, maiores na prevenção e menores na resolução do problema.

Senhores, fazemos um apelo urgente: a sociedade brasileira que já conquistou o **SUS - Sistema Único de Saúde**, conquistou o **SUAS - Sistema Único de Assistência Social**, conquistou as Defensorias Públicas com advogados atendendo aos mais pobres, **está distante de atingir a excelência no aperfeiçoamento do SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**, onde se inclui a lei nº 11.888/2008. **A não ser que se queira mudar este quadro agora.**

CARTA DO FÓRUM NACIONAL DE ASSESSORIAS TÉCNICAS

Fortaleza- CE

Os recursos dos programas habitacionais existentes ainda não se estruturam em torno de uma estratégia de erradicação da miséria, com a implantação, de forma universal, integral e igual em direitos e oportunidades, da Política Nacional de Moradia prevista no artigo sexto da Constituição Federal. Após 38 anos de Constituição Cidadã, a classe política deve isso aos mais pobres, regulamentando a Política de Assistência Técnica, à guisa do que faz para o Programa Rural. O PRONATER, com ação territorial, pesquisas, capital humano e recursos continuados em Assistência Técnica e extensão rural também exemplifica o que queremos dizer.

Para a Política de Moradia, não há, até o presente momento, recursos suficientes alocados em um sistema que contemple toda a estrutura de atendimento necessária para a implantação de uma estratégia coordenada para reduzir a pobreza pela melhoria das condições de moradia e é isto que reivindicamos. Há programas implantados com louvor como no caso do Minha Casa Minha Vida, mas, como observamos nos anos de 2016-2022, foram desmontados pela ausência de uma Política de Estado implantada de fato. Além disso, os problemas decorrentes do acompanhamento da produção habitacional no pós-morar, do monitoramento de projetos de urbanização e melhorias habitacionais e mitigação de áreas de risco que poderiam se reduzir com a ação territorial proposta da implantação da ATHIS.

No país, mais de 16 milhões de domicílios, de um universo de 90 milhões construídos, e dos 23 milhões contabilizados pela FJP, segundo dados censitários, aferidos pelo SUAS, através do CADÚNICO (IPEA, 2025), possuem problemas construtivos, sendo muitos sem banheiro e insalubres, inadequados para a vida familiar que incidem na saúde do morador.

Muitos destes domicílios contribuem para o adoecimento das famílias e isso precisa ter a devida atenção do poder público. Para que essas casas cumpram condignamente o papel de proteger a vida dos cidadãos que nelas vivem, é preciso que a Política de Assistência Técnica seja implantada, os recursos sejam organizados com vinculação direta e os profissionais legalmente habilitados que cuidam da qualidade do habitar possam agir no território, como parte de uma estrutura institucional prevista na regulamentação da Lei nº 11.888/2008.

A precariedade habitacional é uma crise urbana que tem gênero, raça e renda e precisa ser combatida com rigor pelo Estado brasileiro.

CARTA DO FÓRUM NACIONAL DE ASSESSORIAS TÉCNICAS

Fortaleza- CE

A lei pensada pelo **Deputado Clóvis Ilgenfritz** e aprovada pelo **Deputado Zezéu Ribeiro**, sancionada em dezembro de 2008, ainda não cumpriu seus objetivos. **Nada obriga o administrador público a implantar uma estrutura de equipamentos públicos que prevejam a implantação desta Política Pública**, que instrumentaliza uma eventual conquista de recursos fundo a fundo, culminando na aplicação sistêmica na melhoria das condições de moradia em todo país.

Portanto, os Arquitetos Urbanistas reafirmam que a implementação de uma política de ATHIS concretiza o direito à moradia e contribui para redução da pobreza e da fome. Sim, os arquitetos urbanistas podem contribuir para a redução da miséria e da fome, Senhores Gestores Públicos.

A ATHIS, como é conhecida a ação que queremos que vire Política Pública, promove a segurança alimentar e combate à fome, por exemplo, ao otimizar o espaço dos lotes para viabilizar quintais produtivos e hortas comunitárias e ainda cuidar do espaço da cozinha, que é o lugar da produção do alimento. Ao aplicar soluções baseadas na natureza no ambiente construído - como sistemas simples de captação de água da chuva, jardins de chuva e o manejo adequado do solo -, cria as condições para a agroecologia urbana, permitindo que as famílias cultivem parte de seus alimentos de forma sustentável e no próprio território. Ao reformar o banheiro, reduz doenças que matam crianças e idosos como a difteria e diarreia. Ao melhorar o quarto, reduz a tuberculose e as doenças respiratórias. **Ao transformar a atenção básica, em um programa com foco no ambiente construído, aumenta o pertencimento e a qualidade de vida, reduzindo as doenças mentais ocasionadas pelo planejamento do meio ambiente onde se vive.**

Além disso, a implantação da Assistência Técnica nos territórios contribuirá certamente em **ajudar a reduzir investimentos em saúde, em qualificar gastos à fundo perdido aplicados nas emergências de defesa civil**, pois podemos induzir a participação local através de estratégias de **organização das famílias em torno da melhoria da qualidade da sua casa, da sua quadra e do seu bairro, fortalecendo os vínculos comunitários, reduzindo os conflitos locais e aumentando a segurança da comunidade.**

Os Arquitetos e Urbanistas serão os agentes do Território, atuando com outros profissionais em equipes multidisciplinares que já agem localmente **e podem transformar espaços insalubres em espaços dignos da vida, como as equipes de saúde da família.** Foi para isso que a nossa profissão foi regulamentada em 2010 e é por isso que **é preciso implementar a Lei nº 11.888/2008, dando**

CARTA DO FÓRUM NACIONAL DE ASSESSORIAS TÉCNICAS

Fortaleza- CE

concretude, a partir do Direito à Cidade que associa moradia às funções urbanas essenciais à vida como educação, saúde, cultura, assistência social e direito à arquitetura. Entendemos que estas ações reduzirão os problemas do habitat com investimentos públicos que já estão disponíveis no PAC, no FAR, no FNHIS, no FGTS e seus inúmeros programas de aplicação e recursos, e nos fundos de cultura que já atentam para demandas locais e dos demais fundos que estão sendo constituídos para tratar do clima e das emergências de saúde pública relacionadas ao ambiente das cidades e do campo.

Não estamos inventando a roda. Como dissemos, os recursos já existem! O que falta é organização, articulação e concertação de esforços para que sejam utilizados de forma estratégica, eficiente e adequada às diferentes realidades do território brasileiro.

Estamos propondo que o Brasil organize aquilo que já possui de investimentos e transforme recursos existentes em ações em prol de cidades mais justas, bairros mais dignos e casas melhores para milhões de brasileiros. Investir em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social é investir na capacidade do próprio país de cuidar de seu território, construindo a cultura de paz e soberania.

O Brasil já tem os meios para viabilizar uma importante política pública com a Política Nacional de Assistência Técnica. Falta fazer acontecer. E precisa ser agora!

Com esta carta estamos convidando os nossos representantes políticos a agir e somar forças, pois é preciso transformar vontade em ação, recursos em resultados e compromisso político em política pública. Por uma Política Nacional de Assistência Técnica que transforme nossas cidades, que apoie o cidadão e que concretize a política de moradia como agente de produção de riqueza e prosperidade para o nosso povo.

Fortaleza, 14 de agosto de 2026.